0041519-80.2015.8.19.0209 Protocolo: 3204/2018.00493124 - APELANTE: CONDOMÍNIO SHOPPING DA CAIXA ADVOGADO: ALEXANDRE MARTINS DOS SANTOS OAB/RJ-090311 APELADO: EDUARDO LUIZ DE SOUZA BARRETO ADVOGADO: WELLINGTON MATTOS FERREIRA OAB/RJ-057541 **Relator: DES. MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES** Ementa: Apelação Cível. Ação de cobrança. Sentença nula por ausência de fundamentação. Causa madura que permite o julgamento por esta Corte. Honorários de sucumbência levantados pelo atual patrono do apelante. Ato realizado em nome próprio e não em nome do mandante. Ausência de responsabilidade do cliente. Improcedência do pedido autoral.1. Inicialmente, verifica-se que o Juízo de Primeiro Grau deixou de se manifestar acerca das diversas matérias de defesa, tais como prejudicial de mérito, ilegitimidade passiva, existência de coisa julgada, nas duas oportunidades em que foi instado a fazê-lo, o que torna a sentença nula por ausência de fundamentação nos termos do art. 93, IX, da CRFB/88 c/c art. 489, § 1º, IV, do CPC.2. A despeito disso, tanto em homenagem ao princípio da causa madura (art. 1.013, §3º, IV, do CPC), como também, e principalmente, visando ao cumprimento da missão do Poder Judiciário, que é entregar a tutela jurisdicional em tempo adequado, melhor solução será o julgamento do processo no estado em que se encontra, inclusive porque dele já se encontram todos os elementos probatórios necessários e suficientes a esse desiderato.3. As preliminares de carência da ação não merecem prosperar, uma vez que a parte autora, ora recorrida, imputa responsabilidade ao apelante pelos danos suportados, gerando o interesse do demandado em opor resistência aos efeitos da tutela jurisdicional contra ele invocada, ressaltando-se que restou demonstrada a existência de relação jurídica entre as partes. Ademais, nos termos da Teoria da Asserção, a existência das condições deve ser apreciada em concreto, ou seja, deve o magistrado verificar, baseado nos fatos afirmados pelo autor na inicial, mesmo sem produção probatória, se estão respeitadas as referidas condições para o legítimo exercício do direito de ação.4. Outrossim, a preliminar de inépcia da inicial carece de juridicidade, ante a normatividade do art. 330, §1º, do CPC, tendo em vista que a exordial possui pedido certo, causa de pedir e da narração dos fatos se pode chegar à conclusão do que pretende o demandante.5. Por fim, a preliminar de existência de coisa julgada se confunde com o mérito.6. A prejudicial de prescrição deve ser rejeitada, porque não houve o transcurso do prazo prescricional quinquenal previsto no art. 206, §5º, II, do CC, tendo em vista que a pretensão ora deduzida diz respeito à cobrança dos honorários de sucumbência fixados na demanda anterior, o que ocorreu em 2015.7. No mérito, como os honorários de sucumbência fixados nos autos do processo 0006367-59.2001.8.19.0209 foram levantados pelo atual patrono do recorrente, e como se trata de ato que foi realizado em nome próprio e não em nome do mandante, o apelante não pode responsabilizado por tal fato, razão pela qual o pedido autoral deve ser julgado improcedente.8. Provimento do recurso. Conclusões: Por unanimidade, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator.

115. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0043485-21.2018.8.19.0000 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 6 VARA CIVEL Ação: 0172669-27.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00444262 - AGTE: GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA ADVOGADO: THIAGO SANTOS ALVES DE SOUSA OAB/RJ-151212 AGDO: BRUNO BARROS NETO REP/P/S/CURADORA MARIA EVODI BARROS ADVOGADO: DARCIO ROBERTO DE OLIVEIRA CAETANO OAB/RJ-124028 **Relator: DES. MARIA LUIZA DE FREITAS CARVALHO** Ementa: Agravo de instrumento. Ação de obrigação de fazer c/c repetição de indébito e indenizatória. Tutela de urgência determinando ao réu que autorize a realização de sessões de fisioterapia e exames. Prova documental carreada aos autos que aponta para a plausibilidade do direito invocado. Evidenciado o perigo de dano à saúde do autor, haja vista a enfermidade que o acomete e sua avançada idade. Decisão que se mantém. Súmula nº59 do TJRJ.RECURSO DESPROVIDO. Conclusões: Por unanimidade, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator.

116. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0044726-30.2018.8.19.0000 Assunto: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução / Liquidação / Cumprimento / Execução / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: DUQUE DE CAXIAS 4 VARA CIVEL Ação: 0048586-10.2017.8.19.0021 Protocolo: 3204/2018.00457353 - AGTE: IPEÓLEO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS EIRELI EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ADVOGADO: PABLO GONCALVES E ARRUDA OAB/RJ-114989 ADVOGADO: EDUARDO FREDERICO DE SOUZA WEYLL OAB/RJ-173534 ADVOGADO: DIOGO MIDON PIMENTEL OAB/RJ-174047 AGDO: ITAU UNIBANCO S A ADVOGADO: GERMANA VIEIRA DO VALLE OAB/RJ-128579 ADVOGADO: MAYARA WALESKA DE SOUZA GERMANO OAB/RJ-202014 **Relator: DES. MARIA LUIZA DE FREITAS CARVALHO** Funciona: Ministério Público Ementa: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Execução de Título Extrajudicial. Empresa executada em Recuperação Judicial. Discussão acerca do juízo competente para processar e julgar o feito. Fixação da competência do juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Duque de Caxias, onde tramita a recuperação judicial da pessoa jurídica devedora. Precedentes do STJ e desta Corte. CONFLITO PROVIDO. PREJUDICADOS OS AGRAVOS DE INSTRUMENTO. Conclusões: Por unanimidade, julgou-se prejudicado o recurso, nos termos do voto do Des. Relator.

117. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0045262-41.2018.8.19.0000 Assunto: Honorários Profissionais / Outras Relações de Trabalho / DIREITO DO TRABALHO Origem: NITERÓI 8 VARA CIVEL Ação: 0067432-69.2016.8.19.0002 Protocolo: 3204/2018.00462986 - AGTE: ESPÓLIO WANDERLEY PEREIRA DE MELLO REP/P/S/INVENTARIANTE - GRACIELE ANDRADE MELLO ADVOGADO: LUCIMAR DA SILVA MORAES OAB/RJ-134646 AGDO: GILBERTO CHAVES RAMOS ADVOGADO: GILBERTO CHAVES RAMOS OAB/RJ-070507 **Relator: DES. MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES** Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL FUNDADA EM CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, DECORRENTES DE AÇÃO DE INVENTÁRIO. PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO NÃO OCORRIDO. NECESSIDADE DE CITAÇÃO DOS HERDEIROS INTERESSADOS. Trata-se de agravo de instrumento contra ato do juízo de primeiro grau, que, em ação de execução, entendeu pela incompetência para declarar a nulidade ou para suspender seus efeitos, tendo em vista que o feito foi sentenciado, por outro magistrado, inclusive encontra-se com o trânsito em julgado, não cabendo a Juíza em exercício manifestar-se sobre o teor da sentença e questões ventiladas posteriormente. Analisando os autos, verifica-se que a expedição de carta de Carta de Adjudicação decorreu de sentença, tendo o recurso de apelação sido interposto além do prazo do qual dispõe a parte para recorrer. À primeira vista, chegaríamos à conclusão de que o simples decurso do prazo levaria ao trânsito em julgado, o juízo de origem teria agido com acerto, por entender que naquele estágio de desenvolvimento do processo nada havia mais o que decidir. De regra, a sentença de primeiro grau, quando transitiva em julgado, passa a sanar eventuais vícios no processo, inclusive insanáveis, mas não todos. Isso porque existe situação ocorrida que o processo civil atribui tamanha gravidade que mesmo com o trânsito em julgado a sentença não opera seus regulares efeitos, como a doutrina o tem denominado de transrescisórios. Analisando mais detidamente os autos, verifica-se que, em primeiro momento, o juízo de origem havia entendido pela necessidade de intimar os herdeiros. No entanto, essa decisão viria a ser revogada por outro magistrado, que entendeu em adjudicar compulsoriamente um bem imóvel pertencente ao espólio, em decorrência da prestação do serviço do agravado como advogado. Como se verifica, o processo aponta para certas irregularidades, como, dentre outras, corrobora a posterior destituição da inventariante que representava o espólio, sobretudo no que toca ao contrato de prestação de serviço de honorários advocatícios, e o que se revela mais grave foi justamente a falta de participação informada dos interessados, que viram contra si a adjudicação do imóvel integrante do espólio. Isso contraria os termos do art. 619, III, do CPC em vigor. Ora, a própria inventariante que ajustou os honorários advocatícios seria posteriormente destituída (fls. 26) e o juízo deixou de ouvir os interessados, para efeito de pagar as dívidas supostamente do espólio. Diante dessa necessidade